

**1º SIMULADO**  
**XXVIII**  
**EXAME DE ORDEM**



# 1º Simulado XXVIII Exame de Ordem 2019

Nome: \_\_\_\_\_

## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXVIII Exame de Ordem da OAB;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB****Questão 1**

No que se refere ao sigilo profissional e às relações com o cliente previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- A) O sigilo profissional é de ordem pública, e dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- B) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- C) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- D) O sigilo profissional poderá ser relativizado em circunstâncias excepcionais que configurem justa causa.

**Questão 2**

O advogado, Neymar, inscrito na OAB-SP, foi escolhido em lista triplíce pelo Conselho Seccional, de forma a ser nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal de Justiça deste Estado (quinto constitucional). Nesta situação, o advogado

- A) ficará licenciado da advocacia, até o término de seu mandato no TJ-SP.
- B) continuará inscrito na OAB-SP e exercendo a advocacia, porém ficando impedido de advogar contra a fazenda que o remunera.
- C) terá suspensa a sua inscrição na OAB-SP.
- D) terá cancelada a sua inscrição na OAB-SP.

**Questão 3**

Em obediência ao que dispõe o Estatuto da Advocacia e da OAB, o advogado que, por motivos pessoais, não mais deseje continuar patrocinando determinada causa deve

- A) renunciar ao mandato e continuar representando seu cliente por trinta dias, salvo se este constituir novo advogado antes do término do prazo.
- B) fazer um substabelecimento sem reservas de poderes para outro advogado e depois comunicar o fato ao cliente.
- C) comunicar ao cliente a renúncia ao mandato e funcionar no processo nos dez dias subsequentes, caso outro advogado não se habilite antes.
- D) comunicar ao cliente a desistência do mandato e indicar outro advogado para a causa, o qual deve ser, obrigatoriamente, contratado pelo cliente.

**Questão 4**

O recém-advogado, Vick, acaba de se graduar na faculdade de direito, de forma que a sua aprovação no exame de ordem consolidou-se no 9º semestre da graduação. Nesta situação, caso o advogado aceite a proposta recebida para tornar-se advogado exclusivo do

escritório "Telesforo Advogados", ainda assim, deverá observar que:

- A) a formação da relação de emprego, na qualidade de advogado, não lhe retira a isenção técnica nem reduz a sua independência profissional, inerentes à advocacia.
- B) o salário mínimo profissional do advogado será fixado por deliberação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência não serão devidos aos advogados empregados.
- D) os honorários de sucumbência, percebidos como advogado empregado de sociedade de advogados são partilhados de forma isonômica entre ele e a empregadora.

**Questão 5**

Chevrolet da Silva Ford é estudante de Direito. Ao ingressar nos últimos anos do curso, ele iniciou estágio em famoso escritório de advocacia em São Paulo.

Inscrito nos quadros de estagiários da OAB, Chevrolet da Silva Ford passa a, isoladamente e sob a responsabilidade do advogado, desempenhar diversas funções.

Considerando o Estatuto e o Regulamento da OAB, Chevrolet da Silva Ford poderá isoladamente e sob a responsabilidade do advogado:

- A) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.
- B) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos apenas de processos findos.
- C) assinar petições de juntada de documentos a processos administrativos, mas não de processos judiciais.
- D) prestar consultoria, assessoria e direção jurídicas.

**Questão 6**

A advogada Feromônia, lactante, ao ingressar no TJMG, procurou uma vaga especial para estacionar seu carro, entendendo que teria direito à reserva de vaga. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- A) Feromônia tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.
- B) Feromônia tem reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- C) Feromônia tem direito a entrar em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- D) Feromônia, por ser lactante, não tem mais direito a ter acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.



### Questão 7

Romarinho retirou do recinto onde se encontrava aguardando pregão para ato judicial após 5 minutos do horário designado e ao qual ainda não havia comparecido a autoridade que deveria presidir a ele.

Nesse caso, consoante o Estatuto da Advocacia, protocolizando comunicação em juízo, Romarinho:

- A) poderia ter se retirado do recinto após os 5 minutos.
- B) poderia ter saído independente do tempo, mediante comunicação protocolizada em juízo.
- C) tem o direito de retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.
- D) tem o direito de retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após quinze minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo.

### Questão 8

Reginaldo é advogado de Maria. Reginaldo violou, sem justa causa, sigilo profissional.

Neste caso, como sanção disciplinar, poderá ser aplicada:

- A) Censura
- B) Suspensão
- C) Exclusão
- D) Advertência, em ofício reservado, com registro nos assentamentos do inscrito, independentemente de estar presente circunstância atenuante.

## FILOSOFIA DO DIREITO

### Questão 9

Confira a tira abaixo (Calvin e Haroldo). E analise as assertivas, indicando a CORRETA.



- A) A busca da felicidade como modelo de vida é característica da filosofia estoicista e inspirou a teoria do imperativo categórico de Immanuel Kant.
- B) O segundo quadrinho ilustra bem a busca da felicidade hedonista, modelo aproveitado por Platão para conceituar vida virtuosa.
- C) O terceiro quadrinho define bem a felicidade buscada pelos epicuristas e que serviu de base para a teoria utilitarista de Jeremy Bentham (utilitarismo).
- D) A busca da felicidade não impede que existam prazeres mais elevados e outros que são vis, sendo o homem capaz

de diferenciá-los, conforme entendia Epicuro (epicurismo) e, depois, John Stuart Mill (utilitarismo).

### Questão 10

Imagine que você acorde e na porta da sua casa esteja pregado o seguinte aviso: "As propriedades privadas foram declaradas públicas pelo Decreto nº 01 do Governo Revolucionário. Em breve haverá decisão sobre qual membro da sociedade ocupará esta residência. Mantenha seus bens de uso diário prontos para retirada imediata em caso de necessidade de desocupação, hipótese em que outro imóvel lhe será indicado".

Consoante as teorias jusfilosóficas, avalie as assertivas abaixo e assina a CORRETA:

- A) De acordo com a grande maioria dos autores jusnaturalistas, o decreto é perfeitamente aplicável e deve ser respeitado, uma vez que a propriedade, diferente da vida e da liberdade, não é considerada direito supraestatal.
- B) Os autores juspositivistas não se importariam com o conteúdo do decreto, mas sim com a autoridade que o editou (se legítima) e com o arrimo do decreto em uma lei superior, caso em que deve ser cumprido independentemente de análise de justiça.
- C) Em um sistema pós-positivista, que dota o direito de cunho científico (próximo do modelo das ciências naturais), questões subjetivas são afastadas do âmbito jurídico, remanescendo o que for objetivo – o decreto (assim como as demais leis) será analisado como objeto exclusivo da ciência jurídica.
- D) Para o realismo jurídico, o decreto estabelece um direito em si, que já é plenamente exercível de pronto, sendo que a decisão judicial apenas declara o direito pré-existente.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 11

Aurélio, cidadão brasileiro e estudante de direito no 1º semestre, procurou o professor Renato para que lhe explicasse melhor acerca de um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, tendo vista que o aluno se sentiu lesado diante de um caso concreto. O Professor, analisando prontamente o dispositivo constitucional, identificou que o referido direito, embora tenha aplicabilidade imediata, pode sofrer restrição por lei, o que aconteceu na prática com a Lei federal nº. 1234, que foi aplicada no caso de Aurélio. Nesse sentido, Renato conclui não haver qualquer lesão a direito fundamental. Do ponto de vista da Teoria Geral da Constituição, a narrativa acima faz menção a existência de uma norma constitucional de eficácia:

- A) plena;
- B) limitada;
- C) contida;
- D) institutiva.

### Questão 12

No exercício de 2018, a equipe de operações especiais da Administração Tributária Federal realizou uma auditoria para verificação de práticas ilícitas no Comércio Exterior. Após a conclusão do procedimento fiscal, os Auditores realizaram a lavratura de Auto de Infração e a constatação da possível prática, por um grupo de pessoas, de crimes contra a ordem tributária. Nesse sentido, foi encaminhada uma representação fiscal para fins penais ao Ministério Público Federal, que realizou novas investigações, desta feita sob o prisma criminal. Em conclusão, constatou-se que existiam provas robustas da prática dos referidos crimes na casa de Armando, um dos envolvidos. De acordo com a sistemática constitucional brasileira, pode-se afirmar que os agentes do Ministério Público em atuação conjunta com a Polícia Federal:

- A) somente podem ingressar na casa de Armando com o seu consentimento.
- B) podem ingressar a qualquer momento na casa de Armando, sem o seu consentimento e independentemente de ordem judicial, no caso de desastre apenas.
- C) podem ingressar na casa de Armando somente com o seu consentimento, mas desde que em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- D) podem ingressar na casa de Armando sem o seu consentimento, mas com ordem judicial e somente durante o dia.

#### Questão 13

Diego, cidadão brasileiro em pleno gozo dos seus direitos políticos, buscou a administração tributária federal para ter conhecimento de informações relativas ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF que pagou na condição de contribuinte no exercício de 2017, informações as quais se encontram em poder da União, mas que não foram alocadas devidamente nos sistemas de registro e recolhimento de tributos federais. Nesse sentido, realizou um requerimento endereçado à administração pública, que denegou por escrito o pedido, sob o fundamento de se tratar de informação de natureza bancária e fiscal. Irresignado com o indeferimento, procurou seu advogado, o qual informou que o instrumento constitucional cabível para o presente caso é:

- A) o mandado de segurança.
- B) o mandado de injunção.
- C) o direito de petição.
- D) o habeas data.

#### Questão 14

Paulo Pires, Presidente da República, em seu café da manhã no Palácio da Alvorada de uma bela segunda-feira, foi surpreendido como a seguinte notícia estampada na capa do jornal: "Presidente da República pratica uma série de condutas ilícitas consideradas como crimes de responsabilidade e deve sofrer processo de

impeachment". De acordo com o que assevera a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que admitida a acusação contra o Presidente da República, este deve ser processado e julgado:

- A) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do Senado Federal;
- B) pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados;
- C) pela Câmara dos Deputados, após autorização do Senado Federal;
- D) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados;

#### Questão 15

Partido político "Juntos somos fortes", representado pelo único Deputado Federal Marcelo Freitas, pretende apresentar uma ação perante o STF por entender que determinada norma estadual tem interpretação quanto à sua constitucionalidade controversa, seja no que diz respeito aos órgãos da administração pública, seja em relação aos órgãos do Poder Judiciário. À luz da sistemática constitucional, é possível afirmar que:

- A) o partido político não tem legitimidade para propor ação de controle concentrado de constitucionalidade.
- B) a controvérsia entre órgãos julgadores é requisito para a Ação Declaratória de Constitucionalidade, mas não para ação direta de Inconstitucionalidade.
- C) a Ação Declaratória de Constitucionalidade prescinde de interpretação controversa.
- D) a norma estadual e a municipal não podem ser confrontadas com a Constituição Federal por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

#### Questão 16

O Estado Alfa, em 2017, editou uma Lei Estadual nº. 666 prevendo que empresas privadas poderiam patrocinar bolsas de estudos para professores em faculdades particulares. Em contraprestação, os professores que participassem do projeto inovador ficariam obrigados a lecionar durante 02 anos para cursos de alfabetização ou aperfeiçoamento dos funcionários das empresas patrocinadoras. Ocorre que a medida ganhou notoriedade nos meios de comunicação, até que você na qualidade de advogado foi instado a participar de um debate. Nessa seara, assinale a alternativa correta:

- A) A lei em questão é constitucional e o Estado Alfa pode editar a lei sobre patrocínio de bolsas de estudo, pois o tema se insere no âmbito da competência concorrente.
- B) A lei em questão é flagrantemente constitucional, pois compete privativamente aos Estados disciplinar sobre educação e ensino.
- C) Há vício de inconstitucionalidade, já que a matéria é objeto de competência privativa da União.
- D) A Lei do Estado Alfa é inconstitucional, já que a competência no caso se insere no âmbito dos Municípios para disciplinar a matéria.

**Questão 17**

Diante dos 50 anos de carreira de Roserval Mitto Júnior, um dos maiores artistas do rock nacional, o renomado escritor Miguel Dantas resolveu trabalhar uma biografia sobre a vida de Roserval. Ocorre que a biografia acabou sendo publicada sem a autorização do artista. Indignado com o fato, o músico resolveu ingressar com uma ação na justiça para a preservação da sua imagem, alegando que seu direito à privacidade e intimidade foram violados, pois o escritor não detinha autorização formal para publicação da obra. À luz da sistemática constitucional brasileira e de acordo com a atual jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- A) O Poder Judiciário não poderá impedir que Miguel publique a biografia a respeito da vida de Roserval, não se exigindo o consentimento deste. Todavia, tal fato não exclui a possibilidade de indenização em virtude de dano material ou moral que por ventura vier ocorrer.
- B) O Poder Judiciário poderá determinar que os livros publicados sejam retirados de circulação, impondo a Miguel o dever de indenizar Roserval pelos danos causados à sua imagem.
- C) Não há possibilidade de impedir a publicação da biografia, uma vez que o STF admite as biografias não autorizadas. Além disso, também não será possível que seja pleiteado eventual indenização à imagem do artista, visto que deve prevalecer o direito à liberdade de expressão.
- D) As biografias “não autorizadas” não podem ser publicadas, de modo que o Poder Judiciário deve determinar a retirada de circulação dos livros publicados, visando garantir o respeito ao direito à privacidade.

---

**DIREITOS HUMANOS**

---

**Questão 18**

Maria Dalce Ricas, superintendente-executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), após rompimento da barragem de Brumadinho/MG, declarou no Portal G1: "Os danos ambientais certamente são muito grandes devido às características da região. A lama está descendo a Serra dos Dois Irmãos, atravessando a estrada que liga Belo Horizonte a Brumadinho, em direção ao Rio Paraopeba. E nessa direção tem muita Mata Atlântica, muita fauna. A lama está atravessando uma área que é da própria Vale e certamente vai matar uma parte da floresta, muitos animais silvestres e deve chegar à água. A gente não sabe ainda quais as consequências para o rio, que já está debilitado, em mau estado, mas ainda fornece água para parte da população. E vai chegar com lama tóxica, então ninguém vai poder beber dessa água e a captação de água terá que ser interrompida". O direito ao meio ambiente é classificado, pelo jurista tcheco-francês, Karel Vasak, como:

- A) direito humano de segunda dimensão, a exigir postura ativa das autoridades estatais na reparação dos danos ambientais causado.
- B) direito humano de primeira dimensão das vítimas que,

isoladamente, sofreram perdas gravíssimas.

- C) direito humano de terceira dimensão, uma vez que se trata de direito coletivo.
- D) direito humano de quarta dimensão, caracterizado pela tutela de direitos de massa.

**Questão 19**

A agência de migração da Organização das Nações Unidas (ONU) alertou que a Venezuela está caminhando para o mesmo "momento de crise" de refugiados visto no Mediterrâneo em 2015.

O alerta compara a forte imigração de venezuelanos para países vizinhos com a registrada em direção à Europa, onde o fluxo de pessoas entrando pelo mar Mediterrâneo, em fuga de guerras, dificuldades econômicas e de outros conflitos em suas regiões de origem, disparou nos últimos anos e levou os países de destino a levantarem barreiras ou a endurecerem as regras de entrada em seus territórios.

Acerca do tratamento conferido ao tema, em Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- A) São considerados elementos essenciais do refúgio o temor de perseguição por questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e a extraterritorialidade.
- B) O efeito da concessão de status de refugiado não se estende ao cônjuge, ascendentes e descendentes.
- C) Quem estiver a condição de refugiado terá equiparação de direito ao brasileiro naturalizado.
- D) Quem estiver a condição de refugiado terá equiparação de direito ao quase nacional.

---

**DIREITO INTERNACIONAL**

---

**Questão 20**

Um navio, de propriedade de uma companhia de navegação holandesa, naufragou em águas territoriais brasileiras. O prejuízo decorrente do naufrágio foi enorme, com a destruição de mercadorias que seriam descarregadas no Porto de Santos.

A empresa de navegação holandesa havia contratado seguro da carga com uma empresa seguradora alemã. O contrato de seguro havia sido celebrado na França. Ocorrido o acidente, a empresa seguradora alemã se recusou a fazer o pagamento do valor do seguro, previsto na apólice.

Tendo em vista a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- A) A autoridade judiciária brasileira não tem competência para apreciar o litígio, uma vez que este envolve empresas estrangeiras.
- B) A autoridade brasileira tem competência exclusiva para apreciar o litígio, pois o fato que dá fundamento à ação ocorreu no Brasil.
- C) A autoridade brasileira tem competência para apreciar o litígio, mas o caso também pode ser submetido ao Poder Judiciário de Estado estrangeiro. Caso o contrato de seguro tenha cláusula de eleição de foro exclusivo

estrangeiro, ficará excluída a competência da autoridade judiciária brasileira.

D) A autoridade judiciária brasileira tem competência para apreciar o litígio, devendo aplicar a legislação brasileira relativa aos contratos internacionais, uma vez que o fato que dá fundamento à ação ocorreu no Brasil.

### Questão 21

Sérgio Enrico, brasileiro naturalizado, casa-se com a russa Maria Shevshenko. Os dois residem na Alemanha, onde Sérgio trabalha em uma empresa multinacional fabricante de automóveis. Na Alemanha, nasce o filho do casal, chamado Enrico Túlio.

Analisando-se a situação acima apresentada, assinale a alternativa correta:

A) Enrico Túlio não será brasileiro nato, uma vez que nenhum de seus pais têm a nacionalidade originária brasileira.

B) Enrico Túlio será brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir no Brasil e opte, após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

D) Enrico Túlio será brasileiro nato, independentemente de qualquer outra condição.

D) Enrico Túlio poderá adquirir a nacionalidade brasileira mediante naturalização.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### Questão 22

Visando desestimular o uso de cartões de crédito no exterior, o Chefe do Poder Executivo majorou, por meio de Decreto, a alíquota do IOF incidente nas compras realizadas com cartão de crédito fora do país. O Decreto foi publicado no dia de hoje e passará a ter eficácia a partir de amanhã. Essa majoração é considerada:

A) Inconstitucional, pois é vedada a majoração de tributos por meio de Decreto.

B) Constitucional, pois a alíquota do IOF pode ser majorada por ato do Chefe do Poder Executivo e essa alteração não se submete ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.

C) Inconstitucional, pois não respeitou o Princípio da Anterioridade Nonagesimal.

D) Constitucional quanto ao início da eficácia (amanhã), mas inconstitucional quanto ao veículo normativo utilizado (Decreto).

### Questão 23

A pessoa jurídica ABC Ltda. Foi citada em Execução Fiscal para o pagamento de débitos relativos ao ICMS e multa por falta de recolhimento desse imposto. De acordo com o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 – Lei de Execução Fiscal, os Embargos à essa execução poderão ser apresentados no prazo de 30 dias, contados a partir:

A) da citação da executada.

B) da juntada aos autos do mandado de penhora devidamente cumprido.

C) da data da intimação da penhora de bens.

D) da inscrição do débito na Dívida Ativa.

### Questão 24

O Estado Y instituiu, por meio de lei, as seguintes alíquotas do IPVA para motocicletas: 2% para motocicletas nacionais e 4% para motocicletas importadas. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

A) A Constituição Federal autoriza a diferenciação das alíquotas do IPVA em razão da procedência ou destino do veículo.

B) A diferenciação de alíquotas em questão é inconstitucional, pois a Constituição Federal só autoriza a diferenciação de alíquotas do IPVA em função do tipo e utilização do veículo.

C) As alíquotas são diferenciadas em razão da progressividade do IPVA.

D) A Constituição Federal não autoriza a diferenciação de alíquotas do IPVA.

### Questão 25

Por meio de contrato de locação de bem imóvel, o locador, o locatário e a empresa administradora do imóvel pactuaram que o locatário seria responsável pelo pagamento do IPTU incidente sobre o bem objeto da locação. Em caso de inadimplência relativamente ao imposto devido no período da locação, o Município deve cobrar o débito do:

A) Do locatário e, acaso não pague, do locador, que responde subsidiariamente pelo pagamento.

B) Do locador, do locatário e da empresa administradora, pois há responsabilidade solidária entre eles.

C) Do locatário, conforme disposto no contrato, que lhe transferiu o encargo tributário.

D) Do locador, pois as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública.

### Questão 26

Uma contribuinte foi notificada acerca da constituição de crédito tributário de IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em seu nome. Por entender que o imposto não é devido, ingressou com ação judicial objetivando a desconstituição do lançamento. Ao analisar o pedido de tutela antecipada, o Juiz de Primeira Instância indeferiu a suspensão da exigibilidade do crédito tributário que fora pleiteada. Com receio de sofrer danos irreparáveis ou de difícil reparação, a contribuinte efetuou o depósito integral da quantia exigida pelo Fisco. Baseando-se nessa situação, acaso a contribuinte venha a solicitar uma certidão de regularidade fiscal junto à Receita Federal do Brasil, esse órgão emitirá uma:

A) Certidão Positiva com Efeito de Negativa.

B) Certidão Positiva.



- C) Certidão Negativa.
- D) Certidão Condicional.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 27

No Ano de 2013, o Estado Z invadiu um terreno de propriedade de Maria sem que fosse feita qualquer intimação formal prévia. Após tal invasão, o ente público construiu uma escola pública que está em pleno funcionamento, para atendimento de crianças da região. Após transcorridos mais de 6 (seis) anos, Maria pretende construir uma residência no terreno para passar as férias de inverno com sua família.

Chegando ao local, Maria foi surpreendida com a obra pública que nunca havia tomado conhecimento. Com base nestas informações, responda a alternativa correta:

- A) Por ser um caso de tredestinação ilícita, cabe a Maria reivindicar a posse do imóvel frente ao Estado Z.
- B) A situação trata de uma servidão administrativa, cabendo além do direito de resolver a demanda em perdas e danos, a reivindicação da posse.
- C) A situação trata de uma ocupação temporária, cabendo apenas o direito de resolver a demanda em perdas e danos.
- D) Por se tratar de uma desapropriação indireta, poderá Maria apenas pleitear perdas e danos, não fazendo jus a reintegração da posse do imóvel.

### Questão 28

A União, com a crescente preocupação da superlotação dos presídios, pretende construir presídio federal visando melhorar a situação dos seus detentos e, para tanto, publica edital de licitação sob Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

No edital, é estipulado a contratação integrada, na qual a empresa que se consagrar vencedora, estará encarregada de elaborar o projeto básico assim como também executar a obra contratada.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) A contratação não será possível, visto que existe vedação legal para elaborar o projeto básico e a execução da obra no Regime Diferenciado de Contratações (RDC).
- B) A contratação será possível, mesmo com a realização do projeto básico e execução da obra pela mesma empresa, desde que a contratação integrada seja justificada técnica e economicamente e cujo objeto envolva inovação tecnológica ou técnica; possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.
- C) A contratação não será possível, visto que a contratação integrada não é permitida para a execução de obras e serviços de engenharia para construção, ampliação, reforma e administração de estabelecimentos penais.
- D) A contratação será possível, porque nos termos adotados pela União, mesmo que ilegais, atendem o

interesse público, devendo ser convalidado o ato e, na sequência, executada a obra.

### Questão 29

Adilson, enquanto passeava pela vizinhança, encontrou um caminhão pertencente a uma autarquia federal abandonado em um terreno baldio. Na sequência, Adilson passa a utilizá-lo para estabelecer sua lanchonete, na qual oferecia diversos lanches e bebidas. O uso e a posse desse caminhão com “animus domini” vem perdurando por mais de 20 (vinte) anos de forma mansa e pacífica. Nesse caso, responda a alternativa correta:

- A) Adilson não poderá adquirir a propriedade do bem por usucapião, em decorrência da natureza deste, por pertencer a pessoa jurídica de direito público.
- B) Adilson, pode requerer a indenização em perdas e danos caso a Autarquia reivindique a posse do bem.
- C) Adilson poderá reivindicar a propriedade do imóvel através do instituto da usucapião, visto já ultrapassado o período temporal previsto legalmente.
- D) Em eventual leilão público do bem móvel, Adilson terá preferência de compra, por se tratar de proprietário de fato.

### Questão 30

Yasmim, médica lotada em um hospital público federal, toma conhecimento de concurso público para ingressar no corpo médico militar e assim realizar sonho de longa data: pertencer aos quadros das forças armadas.

Após passar no concurso e comprovar a compatibilidade de horários, Yasmim começa a exercer sua profissão normalmente.

Decorridos 2 (dois) meses, a servidora é surpreendida com um procedimento administrativo disciplinar instaurado contra ela, alegando existir vedação para a acumulação de cargos, devendo ser demitida de um deles para atender aos ditames constitucionais.

Com base nas informações elencadas, Yasmim procura você, na qualidade de advogado, para esclarecer que:

- A) A alegação feita no processo administrativo disciplinar é procedente, visto que existe vedação constitucional expressa para a acumulação de dois cargos públicos.
- B) O procedimento administrativo disciplinar é totalmente improcedente, visto que a constituição garante a acumulação de dois cargos públicos privativos de profissionais da saúde, desde que existente a compatibilidade de horários.
- C) O procedimento administrativo disciplinar é totalmente procedente, visto que a constituição permite apenas a acumulação de dois cargos de professor.
- D) A servidora deverá esperar o julgamento definitivo do procedimento administrativo disciplinar e terá que escolher um dos cargos provisoriamente, até a sentença, para não colocar em risco o interesse público.

### Questão 31

Jenifer Tinder estava caminhando alegre e satisfeita pelo



centro da cidade de São Paulo/SP quando, de repente, um ônibus da Viação MORTE CERTA (empresa concessionária de serviço de transporte público) fez uma curva em alta velocidade e acabou atropelando-a em cima da faixa de pedestre.

Jenifer teve sérias lesões na cabeça e chegou ao hospital perguntando: qual meu nome?

Ao se recuperar das lesões, Jenifer decide entrar com uma ação judicial contra a empresa concessionária. Em relação à situação, assinale a alternativa que indique corretamente a responsabilidade da empresa MORTE CERTA no caso:

- A) a responsabilidade é subjetiva, devendo ser analisado o grau das lesões de Jenifer para que seja determinado se a empresa deverá ou não pagar alguma indenização.
- B) a responsabilidade é objetiva, mas apenas em relação aos passageiros do ônibus, usuários do transporte público, não se aplicando tal entendimento a Jenifer, não usuária.
- C) a responsabilidade da empresa é objetiva, aplicando-se tal entendimento tanto em relação a usuários como não usuários do serviço público.
- D) a empresa não é obrigada a indenizar Jenifer que não era naquele momento usuária do serviço público.

### Questão 32

Determinado prefeito do município X, visando fomentar a criação de empregos e conhecendo a “guerra fiscal” entre os municípios da região, decide reduzir a alíquota do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN para 1,0%. Diante desta situação fática, responda a alternativa correta:

- A) A atitude do prefeito está em perfeita consonância com a jurisprudência atual do STF, sendo permitida a redução da alíquota do referido imposto.
- B) A atitude do prefeito, mesmo que imoral é totalmente permitida pelo ordenamento jurídico.
- C) Incorre o prefeito em ato de improbidade, visto que a alíquota não poderá ser reduzida para patamar inferior a 2% (dois por cento).
- D) O prefeito deverá elaborar parecer fundamentando a sua decisão para atender ao princípio da legalidade que rege a alteração dos tributos.

## DIREITO AMBIENTAL

### Questão 33

Uma barragem de rejeitos de empresa mineradora localizada no estado de Minas Gerais se rompeu causando grandes danos. A barragem da mineradora usava uma tecnologia de construção bastante comum nos projetos de mineração, mas é considerada uma opção menos segura e mais propensa a riscos de acidentes, porque a barragem é construída em cima de rejeitos que já foram depositados.

Neste caso, considerando as normas referentes ao licenciamento ambiental e à responsabilidade ambiental:

- A) O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida.
- B) Se a empresa tiver licença ambiental válida, a empresa poderá continuar suas atividades e o órgão ambiental não poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação.
- C) A responsabilidade civil por dano ambiental dependerá da comprovação de culpa.
- D) A empresa não poderá ser responsabilizada criminalmente.

### Questão 34

Empresa de petróleo pretende expandir a área de exploração atingindo dois estados da federação. Neste caso, será competente para realizar o licenciamento ambiental:

- A) O órgão ambiental federal.
- B) Os órgãos ambientais dos municípios impactados pelo empreendimento.
- C) O órgão ambiental federal e os órgãos ambientais dos dois estados impactados.
- D) Por envolver dois estados, o licenciamento será realizado pelos órgãos ambientais dos dois estados atingidos.

## DIREITO CIVIL

### Questão 35

Alessandro, que sempre fora apaixonado por cavalos, é dono de um haras. Contudo, por motivos de saúde decidiu se desfazer do local, iniciando tratativas contratuais com Elza e Celso, já que ambos estavam interessados em comprar o haras. Alessandro resolveu dar preferência a Elza, que já tinha experiência com o ramo de cavalos. Os dois se encontraram para ajustar os termos da proposta, ficando combinado que Elza deveria enviar sua aceitação em até sete dias, pelo correio. No dia seguinte, Elza se dirigiu até o correio, enviando sua aceitação. O prazo de entrega dado pelos correios era de dois dias. Passados os sete dias, Alessandro não recebeu a aceitação de Elza, firmando contrato de compra e venda com Celso. Acreditando estar o contrato com Alessandro concluído, Elza adquiriu três cavalos, todos da raça Mangalarga. Pretendia levá-los ao seu novo haras, visto que anteriormente não tinha local adequado para criá-los. Mas, ao chegar ao Haras, Elza foi surpreendida com a notícia de que a aceitação não havia chegado até Alessandro no prazo combinado e que este já havia concluído o negócio com Celso. Diante deste caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) Alessandro responderá por perdas e danos, uma vez que, apesar de ter recebido a aceitação tardiamente, o atraso ocorreu por motivos imprevistos. Portanto, deveria ter comunicado imediatamente a Elza que havia celebrado negócio com outra pessoa.

B) Alessandro não responderá por perdas e danos, pois o atraso no envio da aceitação é responsabilidade de Elza, devendo esta arcar com os prejuízos da demora.

C) Se Elza desistisse do negócio e enviasse uma retratação logo após a aceitação, chegando tanto aceitação quanto retratação ao mesmo tempo para o proponente, ainda assim haveria força vinculante na aceitação do contrato, tendo em vista que não pode o aceitante desistir da proposta após ter enviado sua aceitação.

D) Elza não tinha razões para supor que o contrato estivesse concluído, pelo que, para realizar despesas que reputasse necessárias ao seu cumprimento, deveria ter obtido a confirmação de Alessandro.

### Questão 36

Aluísio firmou contrato de compra e venda com Nelson, adquirindo este último um terreno de 800 m<sup>2</sup>. Contudo, uma decisão judicial reconhecera, anteriormente à celebração do contrato, que metade do terreno era de utilidade pública, determinando sua desapropriação. Assim, Nelson acabou perdendo metade do terreno, tendo o Município depositado o valor da indenização em conta judicial em favor de Aluísio. Diante disso, assinale a alternativa correta.

A) Aluísio e Nelson poderiam, por cláusula expressa no contrato, reforçar ou diminuir a responsabilidade pela evicção, mas não a excluir, dada a sua obrigatoriedade.

B) Como a evicção foi parcial, mas considerável, poderá Nelson optar pela rescisão do contrato ou a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

C) Por se tratar de um contrato oneroso, o Aluísio responde pela evicção, salvo se a aquisição se houvesse sido realizada em hasta pública.

D) Se Aluísio tiver agido boa-fé, não responderá pela evicção, uma vez que é exigida a culpa do alienante para responsabilizá-lo.

### Questão 37

Leonardo é dono de um gato siamês que atende pelo nome de Spock. Uma tarde, ao retornar para casa, Leonardo percebeu que Spock não estava em casa, o que não era comum. No dia seguinte, como o gato não apareceu, ele resolveu espalhar cartazes pela cidade, oferecendo uma recompensa de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para quem o encontrasse em uma semana. Contudo, três dias depois, Leonardo resolveu desistir da promessa, espalhando novos cartazes pela região. No dia seguinte, André encontrou Spock, levando-o até Leonardo e exigindo a recompensa. Diante do caso, assinale a alternativa correta.

A) André não terá direito de exigir a recompensa, pois Leonardo revogou sua promessa, fazendo-a com a mesma publicidade e antes da prestação do serviço.

B) Caso André e Juliana tivessem encontrado o Spock simultaneamente, deveria haver um sorteio para determinar quem ficaria com o valor em dinheiro da recompensa.

C) Leonardo não poderia revogar a promessa, tendo em vista o prazo previsto, ou seja, entende-se que ele renunciou ao arbítrio de retirar a oferta durante esse prazo.

D) Se Leonardo houvesse revogado a promessa após o prazo estipulado de uma semana e André, de boa-fé, encontrasse o Spock, mesmo que tivesse feito despesas para encontrá-lo, não teria direito a reembolso.

### Questão 38

Marcos, de 19 anos, reside com os pais, cursa nível superior e não trabalha. Um dia, revoltado com uma nota de uma prova, ele resolveu quebrar o carro do professor (de Penal, Constitucional, Administrativo, jamais de Civil, evidentemente) utilizando uma barra de ferro. Sobre o caso, é correto afirmar que:

A) Os pais de Marcos são responsáveis pela indenização, uma vez que ocorreu culpa in vigilando.

B) Os pais de Marcos são responsáveis, pois Marcos, cursa nível superior e não trabalha, ou seja, ainda está sob autoridade deles. Assim a responsabilidade dos pais de Marcos decorre do poder familiar.

C) A responsabilidade de Marcos é subjetiva e de seus pais é objetiva.

D) Marcos possui responsabilidade pelo ato praticado, devendo responder de forma subjetiva e arcar com os prejuízos causados pelo ato ilícito.

### Questão 39

Fabiana, uma jovem muito bonita, iniciou um relacionamento amoroso com João, sendo este seu primeiro namorado. Algum tempo depois, Fabiana sentiu-se mal e, após alguns exames descobriu que estava com AIDS. De todos os possíveis meios de transmissão, Fabiana só poderia ter sido contaminada por seu namorado, João. Ao questioná-lo, ele afirmou que não sabia que possuía tal doença. Sobre o caso, é correto afirmar:

A) Por ser uma doença que não tem cura, a responsabilidade de João é objetiva, não sendo necessária a verificação de culpa.

B) Caso a transmissão tivesse sido feita através de um banco de sangue, a responsabilidade do hospital seria subjetiva, tratando-se de responsabilidade profissional e contratual, exigindo-se comprovação de que o hospital agiu com dolo ou culpa.

C) A responsabilidade de João é subjetiva, exigindo a prova do dolo ou da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência ou imperícia), sem o que não caberá a indenização.

D) Em caso de comprovação de culpa de João, Fabiana terá direito a indenização por danos materiais apenas, cobrindo os gastos médicos que tiver, não tendo direito a indenização por danos morais, uma vez que não tomou os devidos cuidados.

### Questão 40

Luana se obrigou, mediante negócio jurídico, a entregar a Antônio e Gabriel um carro. No dia a hora marcada, apenas Gabriel compareceu ao local. É correto afirmar que:

- A) Luana pode entregar o bem a Gabriel, satisfazendo sua obrigação.
- B) Luana pode entregar o carro a Gabriel, desde que com caução de Antônio.
- C) Caso Luana não entregue o bem a Gabriel, ficará em mora.
- D) Luana deve consignar o bem, para que não incorra em mora, já que não pode entregar a apenas um dos credores.

#### Questão 41

Maria é credora de Alberto, do valor de R\$ 15.000,00. Caio, muito amigo de Alberto, decide assumir a dívida dele. Assim, Alberto e Caio procuram Maria para discutir a respeito da substituição, sendo que nada mais seria alterado em relação à dívida. Assinale a alternativa correta.

- A) Caio poderá assumir a obrigação, contudo, Alberto ainda ficará obrigado pela dívida pelos próximos 120 dias.
- B) Trata-se de novação subjetiva por substituição do devedor, pelo que Caio poderá assumir a dívida, desde que tenha o consentimento de Maria.
- C) Caio poderá assumir a dívida, ficando Alberto exonerado da obrigação, ainda que aquele fosse insolvente à época e a credora o ignorasse.
- D) Trata-se de assunção de dívida, sendo facultado a Caio assumir a obrigação, desde que com o consentimento de Maria. Desta forma, Alberto fica exonerado da obrigação, em regra.

### DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### Questão 42

Joana, 16 anos, mãe de Letícia de 5 anos, se envolveu com o uso de entorpecentes e perdeu a guarda de sua filha. Por conta desse fato, Letícia foi inserida no programa de acolhimento familiar ou institucional. Diante desse caso, assinale a alternativa correta.

- A) Letícia deverá ter sua situação reavaliada a cada 6 meses, devendo a autoridade judiciária competente, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.
- B) Joana não poderá visitar Letícia, pois houve a destituição do poder familiar.
- C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- D) Letícia poderá participar de programa de apadrinhamento, que, segundo a legislação atual, poderá ser feito por pessoas físicas e, também, por pessoas

jurídicas.

#### Questão 43

Diana, de dezessete anos de idade, viajou desacompanhada para São Paulo. Na pousada em que havia feito reserva, os atendentes ligaram para os pais de Diana para saber se eles autorizariam a hospedagem da adolescente. O check-in foi feito após o consentimento dado pelo telefone.

Com base no caso concreto acima, assinale a alternativa correta.

- A) A atitude da pousada foi correta, tendo em vista que basta a autorização verbal dos pais para hospedagem de adolescente maior de 16 anos.
- B) A atitude da pousada foi equivocada, pois deveria ser exigida a autorização por escrito dos pais e responsáveis, tal conduta é, inclusive, apontada como infração administrativa.
- C) A atitude da pousada foi equivocada, pois, nesse caso, exige-se autorização judicial para hospedagem, tal conduta é, inclusive, apontada como crime.
- D) A atitude da pousada foi correta, pois, para qualquer idade a autorização verbal dos pais é suficiente para a hospedagem.

### DIREITO DO CONSUMIDOR

#### Questão 44

Josefa firmou contrato de locação de um carro para a realização de uma viagem curta. No momento da contratação, precisou informar os dados de seu cartão de crédito e deixar previamente aprovado o valor de R\$ 1.000,00 para eventuais avarias que viessem a ocorrer. Após retornar de viagem, informou prontamente que, devido a buracos na via, o para-choque dianteiro teve um pequeno amassado. Assim, entregou o carro sob a promessa do locador de que iria levar a uma oficina e informar quaisquer questões sobre o caso.

Posteriormente, Josefa foi surpreendida com uma compra de R\$ 8.000,00 em seu cartão, realizada pelo locador, o qual justificou ser o conserto da avaria.

Porém, ao averiguar o serviço efetivamente realizado na oficina, Josefa percebeu que houve: troca do gás do ar-condicionado, tubulação de refrigeração, calota dos pneus, alinhamento e balanceamento, troca do radiador, troca do painel interno, troca do para-choque dianteiro, dentre outros pequenos itens. Tudo isso fora pago sem que antes um orçamento fosse apresentado a Josefa e sem que ela tivesse autorizado tal compra. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- A) não é necessário que o orçamento seja apresentado ao consumidor antes da realização do serviço.
- B) caso o valor do conserto fosse de um mil reais, o locador poderia ter contratado o serviço na oficina mesmo sem informar Josefa ou mesmo pedir sua autorização para o pagamento.
- C) há clara situação de prática abusiva pelo fornecedor, tais como a vantagem manifestamente excessiva em seu

favor e a execução de serviços em seu benefício sem antes pedir a autorização de Josefa.

D) a devolução do valor no cartão de crédito de Josefa deverá ser feita pelo fornecedor em igual quantia, não sendo em dobro.

#### Questão 45

Lucrécia, famosa modelo, buscou o fisioterapeuta João para tratar uma constante dor nas costas causada pelo uso de sapatos com salto alto.

Porém, nem tudo ocorreu como esperado: o tratamento foi mal sucedido e Lucrécia deslocou a coluna durante um alongamento orientado e executado por João.

Por considerar que ficou inabilitada para o trabalho por longo período de tempo em razão da ineficiência e da má qualidade do serviço do fisioterapeuta, Lucrécia pretende ajuizar demanda contra João, requerendo lucros cessantes.

Nessa situação, Lucrécia deve ajuizar ação de responsabilidade:

A) pelo vício do serviço, e a responsabilidade de João é subjetiva.

B) pelo fato do serviço, e a responsabilidade de João é subjetiva.

C) pelo vício do serviço, e a responsabilidade de João é objetiva.

D) pelo fato do serviço, e a responsabilidade de João é objetiva.

### DIREITO EMPRESARIAL

#### Questão 46

Das alternativas abaixo, assinale a opção que apresenta a denominação dada a pessoa capaz ordenada ao exercício profissional de atividade economicamente organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.

A) sociedade anônima.

B) sociedade limitada.

C) empresa.

D) empresário.

#### Questão 47

Companhia aberta, por meio de deliberação em assembleia geral ordinária e sem posição de qualquer acionista presente, deliberou a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório a seus acionistas. A justificativa foi a necessidade de captação de recursos por meio da emissão de debêntures não conversíveis em ações.

Jhennyfer, acionista ausente da deliberação, questiona sua validade por se tratar de pagamento de dividendo inferior ao obrigatório, que, a seu ver, dependeria de alteração estatutária, o que, de fato, não ocorreu.

Acerca dessa situação e da deliberação assemblear, assinale a afirmativa correta.

A) A deliberação é nula, por ter violado o direito essencial

do acionista de participar dos lucros sociais.

B) A deliberação é válida, porque qualquer companhia, aberta ou fechada, pode distribuir dividendo inferior ao obrigatório.

C) A deliberação é anulável, por se tratar de violação a direito patrimonial de cunho disponível de acionista.

D) A deliberação é válida, por ter sido aprovada por todos os presentes e estar motivada na emissão de debêntures não conversíveis em ações.

#### Questão 48

A sociedade empresária Wesley Moda Masculina Ltda., com sede em Brasília, em reunião de sócios, decide aprovar o trespasse da filial situada em Curitiba.

Para que o trespasse seja considerado eficaz em relação a terceiros, é preciso que o contrato seja averbado:

A) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, e seja publicado na imprensa oficial;

B) no Registro de Títulos e Documentos do local da sede da sociedade e publicado em jornal de grande circulação nas localidades em que a sociedade tenha sede e filiais;

C) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, dispensada qualquer publicação oficial;

D) no Registro de Títulos e Documentos de Brasília e Curitiba, dispensada qualquer publicação oficial.

#### Questão 49

Danrley Comidas Típicas Ltda. EPP requereu a falência de Rose Distribuidora de Bebidas Ltda. com base em crédito fundado em duplicata vincenda, sacada pela primeira sociedade no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em face da segunda.

Na petição inicial, a parte credora narra que a sociedade é composta por apenas dois sócios, ambos administradores, que estão ausentes do estabelecimento e não deixaram representante habilitado com recursos para pagar aos credores. O único estabelecimento encontra-se fechado há dois meses.

Com base no relato acima e nas disposições da Lei nº 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

A) O credor poderá requerer a falência nas condições apresentadas, devendo especificar na petição os fatos que a caracterizam, juntando-se as provas que houver e especificando-se as que serão produzidas.

B) Não poderá ser requerida a falência da sociedade em razão de o crédito ser vincendo; caberia apenas a ação de falência se se verificasse a impontualidade sem relevante razão de direito.

C) A falência não poderá ser requerida, porque não houve a comprovação de ajuizamento de ação de execução por quantia certa prévia na qual o devedor, citado, tenha se mantido inerte.

D) O credor poderá requerer a falência nas condições apresentadas, porém deverá anexar à petição a certidão do protesto da duplicata para fins falimentares.



**Questão 50**

Em relação aos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os direitos de propriedade industrial são considerados bens móveis.
- B) Para que uma invenção seja patenteável, é necessário que ela atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- C) A vigência da patente de invenção perdura por 20 (vinte) anos, contados da data de depósito, ao passo que a patente de modelo de utilidade vigora por 15 (quinze) anos, igualmente contados da data de depósito.
- D) O prazo para a propositura de ação de nulidade da patente é de 2 (dois) anos após o início da vigência da patente.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

---

**Questão 51**

Em uma demanda na qual Roserval Jr. pleiteia indenização por danos materiais e morais contra Paulo Sousa, ao ser intimado da audiência de conciliação, Roserval Jr. informa ao seu procurador, que se recusa comparecer à audiência. Argumenta que não fará acordo em hipótese alguma com a parte ré. Assinale a alternativa que indica a orientação jurídica correta considerando a disciplina do CPC a respeito da matéria.

- A) Roserval Jr. é obrigado a comparecer à audiência independentemente da manifestação quanto à pretensão conciliatória por parte de Paulo Sousa.
- B) Caso mantida a audiência pelo juízo, o não comparecimento de Roserval Jr. imporá extinção do processo sem resolução do mérito por falta de interesse.
- C) O não comparecimento à audiência, caso mantida pelo juízo, implica condenação por ato atentatório da dignidade da justiça, cuja sanção será a aplicação de multa de até 2% calculado sobre a vantagem econômica pretendida ou sobre o valor da causa.
- D) Trata-se de faculdade das partes comparecerem, uma vez que o objetivo é compor amigavelmente o litígio.

**Questão 52**

Em demanda deduzida por servidor público contra a Fazenda Pública, foi concedida liminarmente, sem a oitiva da parte ré, tutela de evidência em favor da parte autora, que demonstrou o pedido com a juntada de documentos comprobatórios de suas alegações e com fundamento jurídico do pedido em tese firmada em julgamento de recurso repetitivo. Em tal hipótese:

- A) a decisão é irrecorrível de imediato.
- B) veda-se decisão liminar que, em sede de tutela provisória, é cabível apenas em tutelas de urgência (cautelares e antecipadas).
- C) para concessão liminar da tutela, no caso em tela, faz-se necessário demonstrar o perigo de dano ou risco ao

resultado útil do processo.

D) da decisão cabe agravo de instrumento no prazo de 15 dias.

**Questão 53**

Gilberto, adolescente de 17 anos, assistido por sua mãe, Lacir, celebrou contrato de compra e venda de um notebook com Juliano. Após a entrega do bem, Gilberto comprometeu-se a pagar R\$ 5.000,00 em 5 dias, mas, injustificadamente, não realizou o pagamento. Tendo em vista que não houve eleição de foro, Juliano ajuizará ação de cobrança no foro da comarca:

- A) de domicílio de Lacir.
- B) do local onde ocorrer a entrega do bem.
- C) de seu próprio domicílio.
- D) do local em que deveria ter ocorrido o pagamento.

**Questão 54**

Rodrigo é demandado em ação de execução para pagamento de dívida em valor de R\$ 50.000,00. Ciente do provável desfecho negativo da demanda, opõe resistência injustificada ao andamento do processo. Em razão da conduta é condenada em litigância de má-fé, que resultará em multa:

- A) correspondente a 1% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 100 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
- B) que não poderá ser superior a 1% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 10 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
- C) que não poderá ser superior a 1% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 100 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.
- D) que deverá ser superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa, podendo ser fixada em até 10 vezes o valor do salário-mínimo quando o valor da causa for irrisório ou inestimável.

**Questão 55**

Priscila e Diego se envolveram em acidente de trânsito enquanto conduziam seus respectivos veículos. Priscila alega que Diego cruzou o sinal vermelho. Diego defende-se afirmando que passara quando amarelo o sinal e acusa Priscila de estar em alta velocidade. Sem qualquer possibilidade de acordo amigável, Diego ajuíza ação contra Priscila. O foro competente para processar e julgar demanda é do

- A) domicílio de Priscila ou do local do fato.
- B) domicílio de Diego ou de Priscila.
- C) domicílio de Diego ou do local do fato.
- D) local do registro do veículo de Priscila.

**Questão 56**

Igor, fiador de Ricardo, é réu em processo referente ao bem afiançado. Inconformado, pretende que Ricardo figure no polo passivo da demanda. Ao conversar com o procurador contratado, é informado de que deverá requerer a integração de Ricardo à lide por intermédio:

- A) da denúncia da lide.
- B) do chamamento ao processo.
- C) de oposição.
- D) da assistência simples.

### Questão 57

Priscila é casada com Vanderlei há mais cinco anos e pretende ajuizar ação referente a direito real imobiliário. Para a propositura da ação, o consentimento de Vanderlei

- A) é dispensado, em razão do tempo de união do casal.
- B) não poderá ser dispensado, ainda que casados sob o regime de separação absoluta dos bens.
- C) poderá ser dispensado se casados em regime de comunhão universal de bens, dada a responsabilidade solidária.
- D) não pode ser dispensado, a não ser que estejam casados em regime de separação absoluta de bens.

## DIREITO PENAL

### Questão 58

Tiago, brasileiro, ao passar por uma agência do Banco do Brasil em Buenos Aires, Argentina, resolve sacar alguns pesos argentinos. Como não tem êxito, Tiago se revolta e, com uma pedra, quebra a vidraça da referida agência. Apurado o caso na Argentina, Tiago é absolvido. Ao voltar para o Brasil, Tiago procura você para, na qualidade de advogado, esclarecer-lhe as possíveis consequências, no Brasil, de seu ato praticado no exterior. Neste caso, você deverá responder que:

- A) Tiago poderá ser punido de acordo com a Lei penal brasileira, mesmo já tendo sido absolvido na Argentina, pelo princípio da defesa real ou proteção, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- B) Tiago poderá ser punido de acordo com a Lei penal brasileira, mesmo já tendo sido absolvido na Argentina, desde que a absolvição tenha se dado por falta de provas.
- C) Tiago não poderá ser punido de acordo com a Lei penal brasileira, pois já foi absolvido na Argentina.
- D) Tiago poderá ser punido de acordo com a Lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.

### Questão 59

Marcela, 25 anos, inconformada com o término de seu relacionamento amoroso com José, rapaz de 30 anos, dirige-se até a casa deste onde inicia uma discussão. Durante a discussão, Marcela se revolta com José e atira neste uma pedra, com o fim de lesioná-lo. José, muito ágil, desvia da pedrada, que acaba acertando Maria, uma desconhecida senhora de 75 anos que passava pela rua,

causando-lhe lesões corporais leves. Neste caso, Marcela deverá responder por:

- A) Lesão corporal leve, tendo havido erro sobre a pessoa.
- B) Lesão corporal culposa, tendo havido erro sobre a pessoa.
- C) Lesão corporal leve, tendo havido erro na execução, com a agravante relativa ao fato de que a vítima era pessoa idosa.
- D) Lesão corporal leve, tendo havido erro na execução, sem a agravante relativa ao fato de que a vítima era pessoa idosa.

### Questão 60

Jorge, ao sair de uma boate embriagado, dirige-se até sua residência, a pé. No caminho, Jorge encontra uma moça e a aborda na rua, questionando-a sobre a viabilidade de uma maior aproximação lasciva entre ambos. Ao receber uma negativa por parte da moça, Jorge se irrita e desfere um soco na vítima, que sofre lesão corporal de natureza grave.

Devidamente processado, Jorge é condenado pelo crime de lesão corporal grave, na forma do art. 129, §1º do CP. Ao fixar a pena, o Juízo aumenta a pena-base em 06 meses, por ser Jorge portador de maus antecedentes, já que possui outra condenação pelo crime de lesão corporal, ainda sem trânsito em julgado. O juízo, na segunda fase, agrava a pena em mais 03 meses, em razão da embriaguez de Jorge, tornando a pena final em 01 ano e 09 meses de reclusão.

Jorge procura você para, na qualidade de advogado, prestar esclarecimentos sobre a pena aplicada. Neste caso, você deverá esclarecer que:

- A) O magistrado errou ao considerar ter havido maus antecedentes, bem como errou ao aplicar a agravante da embriaguez preordenada.
- B) O magistrado errou ao considerar ter havido maus antecedentes, mas procedeu corretamente ao aplicar a agravante da embriaguez preordenada.
- C) O magistrado procedeu corretamente ao considerar ter havido maus antecedentes, mas errou ao aplicar a agravante da embriaguez preordenada.
- D) O magistrado procedeu corretamente tanto ao considerar ter havido maus antecedentes, quanto ao aplicar a agravante da embriaguez preordenada.

### Questão 61

Marieta, filha de Zebulom, resolve subtrair R\$ 1.000,00 de seu pai. Para tanto, pede a ajuda de Nazaré, sua amiga de infância. No dia acordado, Marieta e Nazaré vão até a casa de Zebulom e começam a procurar o dinheiro que Marieta sabia que seu pai escondia em algum lugar do quarto. Ao perceberem que Zebulom estava no banheiro do quarto, ambas se desesperam, pois temiam ser descobertas. Então, esperam Zebulom sair do banheiro e, antes de serem vistas, o golpeiam na cabeça utilizando um vaso decorativo que se encontrava no local. Após, pegam os R\$ 1.000,00 e partem em retirada. Neste caso:

- A) Marieta e Nazaré devem responder pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- B) Marieta e Nazaré devem responder pelo crime de roubo majorado pelo concurso de agentes.
- C) Nazaré deve responder pelo crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, enquanto Marieta é isenta de pena.
- D) Marieta e Nazaré são isentas de pena, por ter sido o crime praticado contra ascendente.

### Questão 62

Juliano e Camilo, amigos, resolvem furtar um veículo que se encontrava estacionado dentro de um Shopping Center. Após realizarem a subtração, ambos levam o veículo até Arthur, pai de Camilo, e solicitam auxílio para guardar o veículo por alguns dias, apenas até a “poeira baixar”, afinal de contas, por não possuírem garagem em suas casas, Juliano e Camilo temem que o veículo seja recuperado pelas autoridades. Arthur aceita e guarda o veículo por 10 dias, ao final dos quais o veículo é levado por Camilo e Juliano.

Neste caso:

- A) Juliano e Camilo são coautores do crime de furto majorado pelo concurso de agentes, e Arthur é partícipe do referido delito.
- B) Juliano e Camilo são coautores do crime de furto majorado pelo concurso de agentes, e Arthur praticou o crime de favorecimento pessoal, mas será isento de pena.
- C) Juliano e Camilo são coautores do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, e Arthur praticou o crime de favorecimento real, mas não será isento de pena.
- D) Juliano e Camilo são coautores do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, e Arthur praticou o crime de receptação.

### Questão 63

Ricardo foi abordado por Policiais Rodoviários Federais dentro de um ônibus que fazia o trajeto “Rio-Petrópolis”. Ao realizarem busca pessoal, os policiais encontraram com Ricardo 100g de maconha e 50g de cocaína, estas distribuídas em 65 pinos.

Em seu interrogatório em sede policial, Ricardo afirmou que levava a droga da comunidade “Cidade Alta”, no Rio de Janeiro, para o “morro da Glória”, em Petrópolis, e que receberia R\$ 500,00 pelo transporte da droga. Ricardo afirmou, ainda, que não integrava qualquer organização criminosa, mas por estar desempregado, aceitou realizar o transporte do material entorpecente. A autoridade policial constatou, ainda, que Ricardo era primário e de bons antecedentes.

Neste caso:

- A) Ricardo praticou o crime de tráfico de drogas privilegiado, motivo pelo qual sua pena deverá ser reduzida de um sexto a dois terços, vedada eventual conversão em penas restritivas de direitos.
- B) Ricardo praticou o crime de tráfico de drogas

privilegiado, motivo pelo qual sua pena deverá ser reduzida de um sexto a dois terços, sendo cabível a conversão em penas restritivas de direitos, desde que presentes os requisitos legais.

C) Ricardo praticou o crime de tráfico de drogas privilegiado, e apesar de ter sua pena reduzida, deverá cumpri-la em regime inicial fechado.

D) Ricardo praticou os crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico em concurso formal.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### Questão 64

Ao condenar o réu, o juiz elevou a pena-base do acusado por existir contra ele uma dezena de inquéritos policiais em andamento. Em relação a essa situação, responda:

- A) Errou o juiz, pois é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
- B) Acertou o juiz, pois a mesma tese que admitiria a prisão preventiva para a garantia da ordem pública pode ser utilizada nesse caso.
- C) Errou o juiz, pois esse aumento deveria estar na segunda fase de dosimetria de pena.
- D) Acertou o juiz, por força da intranquilidade social causada por quem pratica, de forma reiterada, novos crimes.

### Questão 65

Sobre a citação no processo penal, aponte a alternativa incorreta:

- A) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa.
- B) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado
- C) Se o réu estiver preso em presídio de segurança máxima, será citado na pessoa de seu advogado ou defensor público.
- D) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.

### Questão 66

O delegado de polícia do 78º DP representou pela prisão temporária do indiciado. Antes do juiz se manifestar, o advogado impetrou ordem de habeas corpus para impedir essa prisão. A respeito dessa situação, aponte a afirmação correta:

- A) trata-se de habeas corpus preventivo que deverá ser impetrado para o juiz de 1.ª instância.
- B) trata-se de habeas corpus preventivo que deverá ser impetrado perante o Tribunal competente.
- C) trata-se de habeas corpus repressivo que deverá ser impetrado perante o Tribunal competente.
- D) trata-se de habeas corpus repressivo que deverá ser

impetrado para o juiz de 1.ª instância.

### Questão 67

67. Será da competência do rito especial do tribunal no júri a seguinte infração penal:

- A) a tentativa de aborto não consumado.
- B) a morte de animal doméstico.
- C) os atos preparatórios de um atentado terrorista.
- D) o roubo seguido de morte dolosa.

### Questão 68

Em relação ao tema progressão de regime prisional, pode-se afirmar:

- A) O condenado pode pular do regime fechado diretamente para o aberto se já possui tempo de pena cumprida nesse sentido.
- B) Onde não existir colônia penal industrial ou agrícola, não existirá progressão para o regime semiaberto.
- C) É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.
- D) Para os condenados por crimes hediondos, o regime de cumprimento de pena será o integral fechado.

### Questão 69

Ao receber, por denúncia anônima, a informação da prática futura de infração penal, a polícia se desloca até o local e aguarda o início da execução para prender em flagrante, ao invés de tomar os cuidados para que nada seja feito. Diante dessa situação, responda:

- A) trata-se de prisão em flagrante ilegal, pois o flagrante preparado não é admitido no direito brasileiro.
- B) trata-se de prisão em flagrante legal, pois o flagrante esperado é admitido no direito brasileiro.
- C) trata-se de prisão em flagrante ilegal, pois o flagrante forjado não é admitido no direito brasileiro.
- D) trata-se de prisão em flagrante legal, pois o flagrante presumido é admitido no direito brasileiro.

## DIREITO DO TRABALHO

### Questão 70

Depois de três anos trabalhando para a empresa, "Cantinho do Céu" Ltda., o empregado, Rosemito, recebeu uma promoção, a qual implicou em sua transferência para localidade diversa daquela onde havia sido celebrado o seu contrato de trabalho. Nessas condições, e nos termos da CLT, assinale a alternativa correta:

- A) a promoção do empregado concomitante à transferência afasta o direito de receber o adicional de transferência.
- B) a promoção do empregado concomitante à transferência não afasta o direito de receber o adicional de transferência.

C) a promoção, por ser vantajosa ao empregado, não pode ser recusada.

D) o pagamento do adicional de transferência desobriga o empregador do pagamento das despesas resultantes da transferência.

### Questão 71

O empregado, João dos Anjos, possui diversas dúvidas acerca do instituto das férias, e passa a lhe questionar para fins de consulta jurídica. Neste sentido, no que diz respeito às férias, é certo afirmar que

- A) perde direito às férias o trabalhador que tiver tido até 10 (dez) faltas no serviço.
- B) não será considerado como falta ao serviço para efeito do cálculo do período de férias a falta abonada pelo empregador, mesmo quando descontada do salário.
- C) as férias coletivas dos empregados admitidos com menos de 12 (doze) meses suspendem a contagem do período aquisitivo de férias, de modo que para efeito de cálculo do período aquisitivo conta-se o tempo anterior às mesmas até completar 12 (doze) meses, quando, então, inicia-se a contagem de novo período.
- D) não terá direito a férias o empregado que no curso do período aquisitivo deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais 30 (trinta) dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

### Questão 72

A empregada Priscilinha foi contratada pela empresa XPTO a título de experiência, em razão do aumento da demanda no setor de vendas, objetivando-se, assim, futura efetivação. Ao final do período estabelecido, a empresa pretende renovar o contrato de experiência. Diante do exposto, questiona-se: O contrato de trabalho de experiência, nesta situação, poderá ser renovado ?

- A) sim, desde que o seja por uma única vez e não ultrapasse 90 dias.
- B) não, porque estipulado e esgotado o período de experiência, não poderá novo ser ajustado.
- C) sim, desde que o seja pelo prazo máximo de dois anos.
- D) não, porque não há previsão legal para renovação desse contrato.

### Questão 73

Fernandinho Bala de Prata foi contratado pela empresa "Flecha do Amor" Ltda. como auxiliar de produção, para o cumprimento de jornada de 8 horas diárias de segunda à sexta-feira, com intervalo de 1 hora para repouso e alimentação. Alegando necessidades da produção, duas vezes por semana o empregador passou a fracionar o intervalo intrajornada de Ulisses em três períodos de 20 minutos cada um e, nos outros três dias da semana, passou a conceder apenas 40 minutos de intervalo. Em relação a essa situação, o fracionamento do intervalo intrajornada

- A) não é permitido para as atividades exercidas por



Ulisses e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador dos minutos suprimidos, com um acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.

B) não é permitido para as atividades exercidas por Ulisses e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador do período total do intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.

C) é permitido para as atividades exercidas por Ulisses no caso de necessidade de produção, mas somente em dois períodos de 30 minutos cada um e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador do período total do intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza salarial.

D) é permitido para as atividades exercidas por Ulisses no caso de necessidade de produção e a redução do intervalo implica no pagamento pelo empregador dos minutos suprimidos, com um acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, tendo tal pagamento natureza indenizatória.

#### Questão 74

Josefina Linda foi contratada pela empresa "Cor de Rosa" Ltda., localizada no Rio de Janeiro, para exercer a função de vendedora, devendo cumprir jornada de trabalho de 2ª a 6ª feira das 9:00 às 18:30 horas, com intervalo para refeição de 1:30 horas. À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

A) o acerto deste intervalo é válido, desde que seja previsto em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

B) a empregada em questão terá direito a horas extras em razão do intervalo para refeição, que foi concedido em desacordo com a CLT.

C) a jornada cumprida é válida, o que não dá margem ao pagamento de horas extras.

D) Josefina receberá horas extras com adicional de 50% porque a sua jornada supera o limite constitucional.

#### Questão 75

Matias é motorista da família Silva prestando seus serviços três dias da semana, no qual leva e busca as crianças na escola. Felícia é jardineira exercendo suas atividades para a família Silva quatro vezes por semana. Gilberto faz faxina na residência da família Silva uma vez por semana. E, por fim, Deise é acompanhante da matriarca da família Silva duas vezes por semana. Nestes casos, observando-se o requisito temporal e considerando que os demais requisitos legais estão presentes, tratam-se de empregados domésticos

A) Matias e Felícia, apenas.

B) Matias, Felícia e Deise, apenas.

C) Matias, e Deise, apenas.

D) Matias, Felícia, Gilberto, apenas.

### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

#### Questão 76

Em determinada reclamação trabalhista a empresa reclamada "Be Happy" foi condenada em R\$ 15.000,00 a título de reparação de dano moral sofrido por Bruna, sendo este o único pedido da referida reclamação. A empresa "Be Happy", inconformada, interpôs recurso ordinário, depositando regularmente o depósito recursal de R\$ R\$ 9.513,16. O recurso ordinário foi recebido, mas negado provimento. A empresa "Be Happy" pretende interpor recurso de revista. Nesse caso, considerando que o valor do depósito recursal pertinente a este recurso é de R\$ R\$ 19.026,32, ultrapassando o valor da condenação, de acordo com entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, para interposição do recurso de revista, a empresa "Be Happy"

A) está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista dentro dos 8 dias de prazo para a sua interposição.

B) não está obrigada a depositar o valor integral do depósito recursal referente ao recurso de revista, devendo, no entanto, depositar o valor restante para atingir o valor da condenação.

C) não está obrigada a depositar mais nenhum valor a título de depósito recursal, ainda que não tenha atingido o valor da condenação, obedecendo-se o princípio da menor onerosidade recursal.

D) não está obrigada a depositar mais nenhum valor a título de depósito recursal, ainda que não tenha atingido o valor da condenação, obedecendo-se o princípio do duplo grau de jurisdição e da vedação ao enriquecimento ilícito.

#### Questão 77

O juiz do trabalho da Vara do Trabalho de São Paulo (TRT – 2ª Região) acolhe a exceção de incompetência relativa apresentada pela reclamada, e remete o processo para outra localidade, mais precisamente, Rio de Janeiro (TRT – 1ª Região). Diante do exposto, da decisão interlocutória terminativa do feito caberá a interposição de

A) recurso de revista.

B) Mandado de segurança.

C) Agravo de instrumento.

D) Recurso ordinário.

#### Questão 78

Conforme disposição expressa na CLT, os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final. Diante desse preceito normativo, e considerando a jurisprudência uniforme do TST, o recurso ou a ação em que se admite o jus postulandi das partes na Justiça do Trabalho é:

A) mandado de segurança;

- B) ação cautelar;
- C) recurso ordinário adesivo;
- D) recurso de revista;

**Questão 79**

A ex-empregada, Corujinha, ingressou com Reclamação Trabalhista perante a empresa XPTU Ltda., de forma a obter provimento totalmente procedente, sem que a parte contrária recorresse, e, tão logo, se operasse o trânsito em julgado. Nesta situação, iniciada a fase de liquidação de sentença, após a elaboração da conta de liquidação, o juiz do trabalho

- A) poderá abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação.
- B) poderá abrir às partes o prazo comum de oito dias para impugnação.
- C) deverá abrir às partes o prazo comum de oito dias para impugnação
- D) deverá determinar a penhora dos bens do executado para fins de garantia da execução.

**Questão 80**

Em determinada execução trabalhista com trânsito em julgado, cujo valor devido é de R\$ 10.000,00, foram esgotados todos os meios amigáveis para satisfação do julgado, razão pela qual o exequente requereu ao juiz do trabalho a penhora sobre a totalidade da renda do estabelecimento comercial da executada, a Loja de Bolos da D. Nenê Ltda. Para tanto, alegou que não tinha interesse na penhora do automóvel da sócia que foi penhorado e que seria suficiente para satisfazer a dívida. Neste caso, com base no entendimento jurisprudencial do TST,

- A) não é possível a penhora sobre a renda do estabelecimento comercial da executada em sede trabalhista, devendo a exequente indicar outros meios para prosseguimento da execução.
- B) o juiz deverá determinar primeiramente a penhora do automóvel, antes de deferir a penhora sobre a renda do estabelecimento comercial, por se tratar de bem penhorável e suficiente para satisfazer o crédito executado.
- C) o juiz deverá acolher o pedido da exequente, nos termos pretendidos, sendo que o crédito trabalhista se sobrepõe à atividade empresarial da executada, não importando que terá a totalidade da renda do estabelecimento penhorada.
- D) não é possível o acolhimento do pedido da exequente, por ser a executada uma empresa de pequeno ou médio porte, caso em que a penhora sobre a renda do estabelecimento comercial não é prevista.